

INFORMAÇÃO

Registo	Data da Informação	Processo	Serviço emissor
Informação n.º 860 / 2019	10/01/2019	2019/300.10.005/34	Contratação Pública

ASSUNTO: Escolha e início de procedimento

Exmo. Sr. Chefe da DAF,

Contratação: Aquisição de serviços na modalidade de tarefa para o Gabinete de Veterinária Municipal

Código CPV: 9839000-3 Outros Serviços, conforme previsto no Regulamento (CE) n.º 213/2008 da Comissão, de 28.11.2007

Tipo de Procedimento – Ajuste Direto Regime Geral, valor contratual < € 20.000,00

I – Objeto da Proposta e Fundamentação da necessidade de contratar

De acordo com o documento n.º 22738 de 27/12/2018 com origem no serviço de Gestão de Recursos Humanos, o qual segue em anexo e é parte integrante deste processo, constata-se a necessidade de iniciar um procedimento de contratação tem como objeto a aquisição de **serviços na modalidade de tarefa para o Gabinete de Veterinária Municipal**.

Para a contratação em causa é proposto um prazo de 12 (doze) meses com início a 23 de janeiro de 2019.

II – Preço Base

Para efeitos de prévia cabimentação da despesa inerente ao contrato a celebrar, e de acordo com o disposto no art.º 47.º do Decreto – Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual – Código dos Contratos Públicos, doravante designado de CCP, define-se como preço base para este procedimento o montante de **€ 8.197,56 (oito mil cento e noventa e sete euros e cinquenta e seis cêntimos) acrescido de IVA e com retenção de IRS**, sendo este o preço máximo que a Câmara Municipal de Sines se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem objeto do contrato a celebrar.

Quando assinado digitalmente, o documento impresso constitui uma cópia autenticada do original digital, desde que validado pelo selo branco da Câmara Municipal de Sines.

Em cumprimento do determinado no n.º 3 do artigo 47.º do CCP o preço base tem como fundamentação a informação n.º 22738 de 27/12/2018 com origem no serviço de Gestão de Recursos Humanos, aprovada em reunião de câmara de 03/01/2019.

Nos termos do disposto no art.º 473.º do CCP, os valores apresentados não incluem o imposto sobre o valor acrescentado – IVA à taxa de 23%.

III - Enquadramento Orçamental

A despesa inerente ao contrato a celebrar será satisfeita pela dotação da classificação orçamental 02/010107 do Orçamento da Câmara Municipal de Sines, para o ano de 2019, conforme informação n.º 22738 de 27/12/2018 com origem no serviço de Gestão de Recursos Humanos.

IV – Fundamentação para a escolha do procedimento

Dado que o valor contratual estimado é inferior a € 20.000,00, propõe-se a adoção de um procedimento por ajuste direto (consulta a uma entidade), previsto na alínea a) do n.º 1 do art.º 16.º, ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º 1 do art.º 20.º do CCP.

V – Decisão de Contratar e decisão de autorização da despesa

Considerando que, nos termos do disposto no n.º 1 do art.º 36.º e no art.º 38.º do CCP, a decisão de contratar, a autorização da despesa e a escolha do procedimento, cabem ao órgão competente para autorizar a despesa inerente ao contrato a celebrar;

Considerando o disposto na alínea d) do n.º 1 do art.º 20.º do CCP e atendendo ao valor previsto para o contrato de prestação de serviços em causa, solicita-se, ao Sr. Vice-Presidente da Câmara, no uso de competência delegada por despacho do Sr. Presidente datado de 31/10/2018, conforme previsto na Lei n.º 75/2013, de 12.09, que:

- a) Autorize a contratação em causa e a adoção de um procedimento de ajuste direto;
- b) Nos termos n.º 1 do art.º 113.º CCP autorize o envio de convite à apresentação de proposta à entidade **Maria Beatriz Lameira Serralha de Matos Arroja** – NIF 266393470, considerando que a escolha desta entidade não viola o previsto no n.º 2 e no n.º 5, ambos do referido artigo.
- c) Nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 40.º do CCP e para os efeitos previstos no n.º 2 do mesmo artigo, aprove as peças do procedimento respetivamente o convite à apresentação de proposta e caderno de encargos, conforme documentos em anexo;

Quando assinado digitalmente, o documento impresso constitui uma cópia autenticada do original digital, desde que validado pelo selo branco da Câmara Municipal de Sines.

VI – Nomeação do gestor do contrato

Considerando o previsto no n.º 4 do art.º 67.º do CCP, e uma vez que apenas se vai proceder ao convite de uma só empresa, poderá proceder-se à dispensa do júri, pelo que se sugere que a Chefe da Divisão Jurídica, Fiscalização e Ambiente, Dr.ª Ana Zorrinho, emita parecer técnico sobre a proposta apresentada. Em cumprimento do determinado no art.º 290.º -A do CCP sugere-se também a sua nomeação como gestor do contrato, tendo como função acompanhar permanentemente a execução deste.

VII – Nomeação do gestor do procedimento

Atento o disposto no art.º 55.º Código do Procedimento Administrativo, publicado em anexo ao Decreto – Lei n.º 4/2015, 07.01 e n.º 4 do art.º 3.º da Lei 73/2014, 13.05, sugere-se que seja nomeada como gestora do procedimento a Assistente Técnica Sandra Garcia do Serviço de Contratação Pública, a quem compete assegurar o normal desenvolvimento da tramitação processual, ficando autorizada a efetuar o carregamento dos documentos inerentes ao procedimento na plataforma eletrónica de contratação pública, assinando-os com recurso a assinatura eletrónica.

VIII - Prazo para apresentação de proposta

Propõe-se que seja dado um prazo de 3 dias para apresentação de proposta, considerando este um prazo razoável para a sua elaboração.

IX – Contrato Escrito

Em conformidade com o disposto no art.º 94.º do CCP, os termos da adjudicação devem ser reduzidos a escrito.

Nos termos do art.º 127.º do CCP a celebração deste contrato deverá ser publicitada no portal da Internet dedicado aos contratos públicos para que possa produzir os seus efeitos, nomeadamente para processamento do respetivo pagamento.

X - Outras Exigências Legais

Considerando o disposto no n.º 2 do art.º 7.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, o qual regulamenta a LCPA, nenhum compromisso poderá ser assumido sem a verificação prévia da existência de fundos disponíveis para o fazer. Nesta conformidade, atento o disposto no art.º 76.º do CCP deverá ser assegurada a existência de fundos disponíveis para efeitos de adjudicação.

A Câmara Municipal emitiu parecer favorável, em 03/01/2019, no que respeita à verificação do requisito previsto na alínea a) do n.º 1 do art.º 32.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas aprovada pela Lei n.º 35/2014 de 20 de junho, conjugado com o disposto no artigo 3.º da Portaria n.º 149/2015, de 16 de maio.

É quanto cumpre informar, à consideração superior,

O/A Assistente Técnico

Sandra Carla Rodrigues Garcia da Silva (7419)
